



Secretaria de Mobilidade

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da
Câmara Legislativa do Distrito Federal

Presidente: Deputado Agaciel Maia

11 de agosto de 2015



**Secretaria de Estado de Mobilidade do
Distrito Federal**

GOVERNO DE
BRASÍLIA

Secretaria de Mobilidade

- Transporte Urbano do DF - DFTTrans
- Departamento de Estradas de Rodagem – DER/DF
- Companhia do Metropolitano do DF – Metrô/DF
- Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB



STPC/DF

- Números do Sistema:
 - 600 mil usuários por dia.
 - 1.114 linhas – sistema porta a porta.
 - 3.394 ônibus cadastrados no DFTrans
- PDTU: serviço tronco-alimentado
 - Segmentação das linhas nas funções de captura, distribuição e transporte propriamente dito, com até duas integrações tarifárias abertas de validade temporal (duas horas).
 - Lei nº 4.566, de 4 de maio de 2011



GOVERNO DE
BRASÍLIA

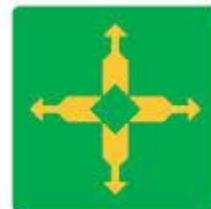
Bacias

**Concessão por área geográfica.
Contratos de 10 anos.**

	Concessionária	Região	Contrato
1	Piracicabana	Parque Nacional de Brasília, Sobradinho, Sobradinho 2, Varjão, Lago Norte, Planaltina, Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal.	04/06/2013
2	Pioneira	Itapoã, Paranoá, Jardim Botânico, São Sebastião, Lago Sul, Candangolândia, Parkway, Santa Maria e Gama.	28/12/2012
3	Urbi (HP-Ita)	Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Riacho Fundo 2, Recanto das Emas, Samambaia	26/04/2013
4	Marechal	Guará, Parkway, Águas Claras, Ceilândia (ao sul da Av. Hélio Prates) e Taguatinga (ao sul da QNG11).	26/04/2013
5	São José	SIA, SCIA, Vicente Pires, Ceilândia (ao norte da Av. Hélio Prates), Taguatinga (ao norte da QNG11) e Brazlândia.	28/12/2012

Receitas do Sistema (Bacias)

- Gratuidades:
 - Passe Livre Estudantil (PLE)
 - Pessoas com Deficiência (PCD)
- Tarifa usuário
 - Compra direta no ônibus
 - Venda antecipada de créditos: VT e Cidadão
- Subsídio tarifário
 - Diferença entre tarifa técnica e tarifa usuário.



GOVERNO DE
BRASÍLIA

PNMU: Política Tarifária

Art. 8º A política tarifária do serviço de transporte público coletivo é orientada pelas seguintes diretrizes:

.....
IV - contribuição dos **beneficiários diretos e indiretos** para custeio da operação dos serviços;

.....
VI - modicidade da tarifa **para o usuário**;
VII - **integração** física, tarifária e operacional dos diferentes modos e das redes de transporte público e privado nas cidades;



GOVERNO DE
BRASÍLIA

PNMU: Regime Econômico e Financeiro

Art. 9º O regime econômico e financeiro da concessão e o da permissão do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do **processo licitatório da outorga** do poder público.

§ 1º A **tarifa de remuneração** da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou privado, além da remuneração do prestador.

§ 2º O **preço público** cobrado do usuário pelo uso do transporte público coletivo denomina-se tarifa pública, sendo instituída por ato específico do poder público outorgante.

§ 3º A existência de diferença a menor entre o valor monetário da tarifa de remuneração da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a tarifa pública cobrada do usuário denomina-se déficit ou **subsídio tarifário**.



PNMU: Regime Econômico e Financeiro

§ 5º Caso o poder público opte pela adoção de subsídio tarifário, o déficit originado deverá ser coberto por receitas extratarifárias, receitas alternativas, **subsídios orçamentários**, subsídios cruzados intrassetoriais e intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, dentre outras fontes, instituídos pelo poder público delegante.

§ 7º Competem ao poder público delegante a fixação, o **reajuste** e a **revisão** da tarifa de remuneração da prestação do serviço e da tarifa pública a ser cobrada do usuário.

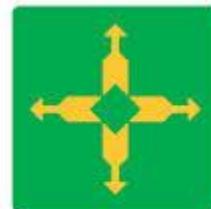


Remuneração por Tarifa Técnica

Decreto nº 33.559/2012

Art. 2º A remuneração de cada delegatário dos serviços a que se refere o art. 1º deste Decreto terá por base uma **tarifa técnica**, sendo o valor total dessa remuneração calculado pela multiplicação dessa tarifa pelo número de passageiros pagantes transportados em determinado período.

§ 1º As tarifas técnicas das **novas concessões** do serviço básico rodoviário referidas no caput do art. 1º deste Decreto serão fixadas de acordo com as **propostas vencedoras** da respectiva licitação, sendo reajustadas ou revistas nos prazos e condições estabelecidas nos contratos de concessão.



GOVERNO DE
BRASÍLIA

Remuneração por Tarifa Técnica

§ 5º As tarifas técnicas dos delegatários do serviço básico rodoviário de transporte público coletivo serão ajustadas por procedimento de **reajuste, revisão ou atualização de planilha tarifária**, conforme o caso e o operador, por meio de ato administrativo próprio editado pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal ou por entidade por ela designada.



Tarifas Técnicas

Empresa	Proposta Comercial	Reajuste 2013 (6,65%)	Reajuste 2014 (12,59%)	Revisão 2015
Piracicabana	2,6555	2,8321	3,1886	
Pioneira	2,3661	2,5234	2,8411	3,7427
Urbi	2,8026	2,9890	3,3653	
Marechal	2,7192	2,9000	3,2651	4,7592
São José	2,7093	2,8895	3,2532	

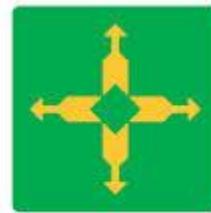
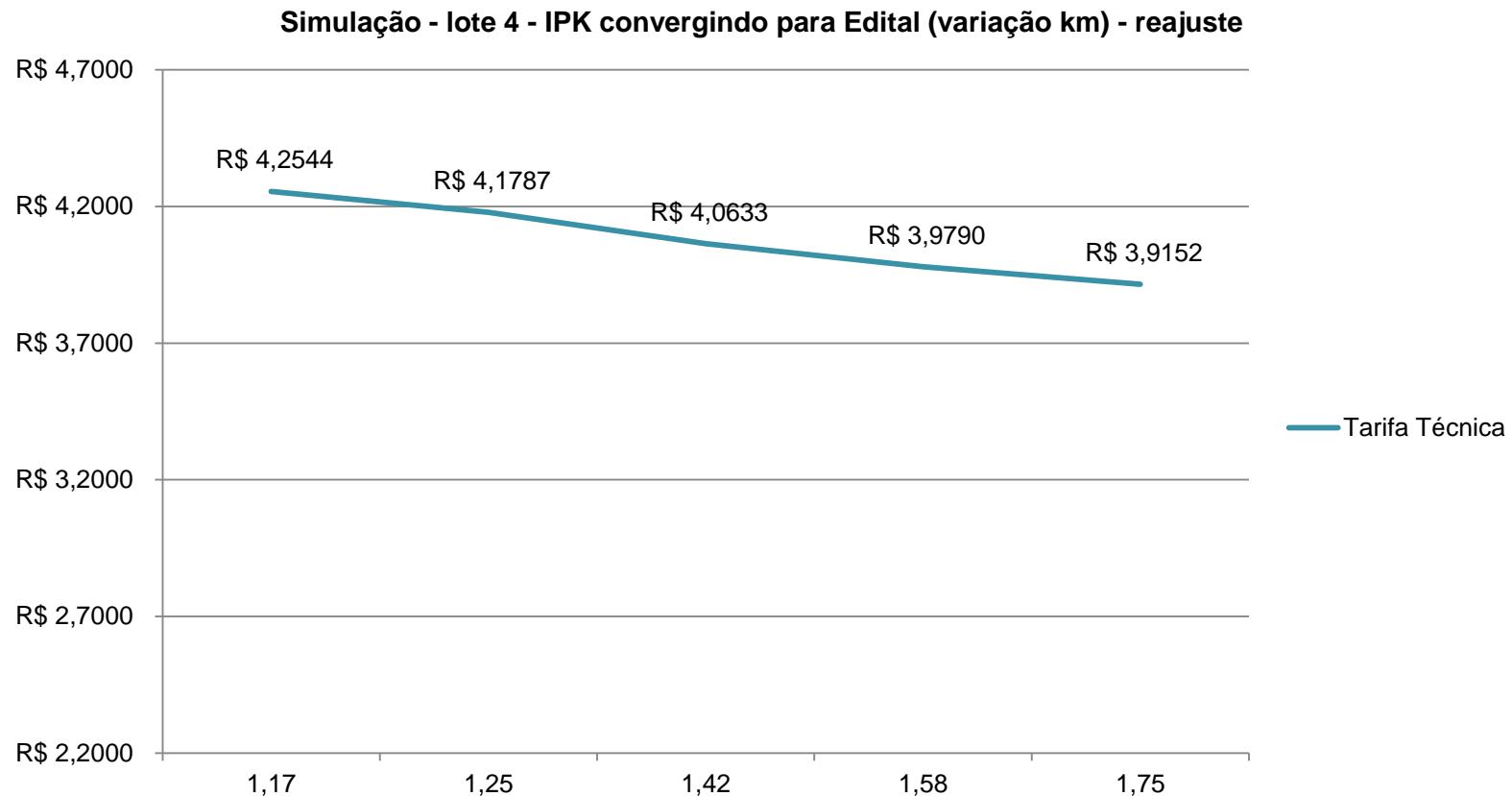


Operação: previsto x realizado

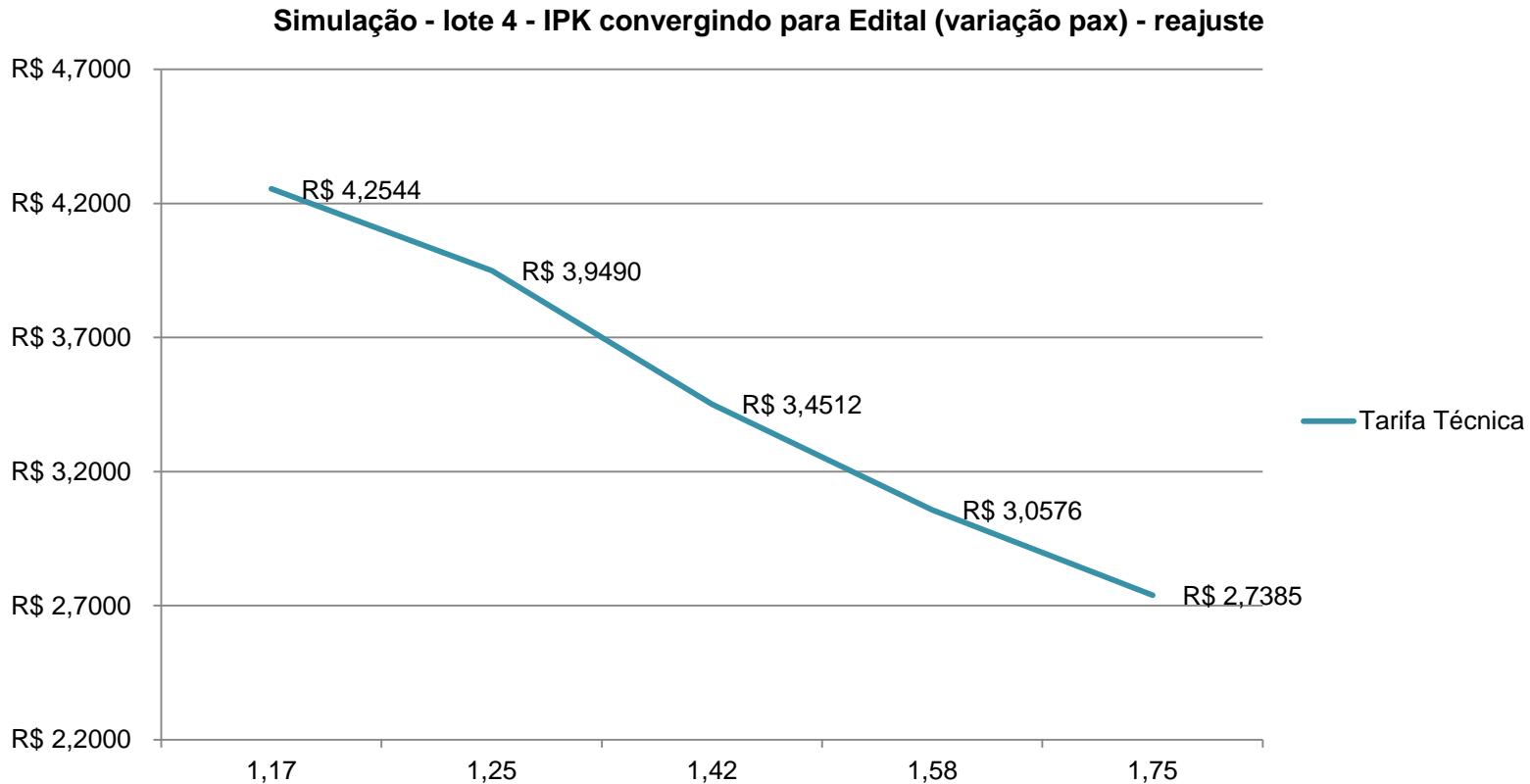
Bacia	1	2	3	4	5
Dados Operacionais (março de 2015)					
Passag.	Previsto	4.442.759	6.032.365	4.161.616	4.269.689
	Realizado	6.132.794	5.010.371	5.650.092	4.394.680
	Diferença	+ 38%	- 16,9%	+ 36%	+ 3% - 3%
Km	Previsto	2.407.700	3.168.504	2.391.652	2.442.988
	Realizado	3.971.769	3.769.182	4.092.511	3.181.976
	Diferença	+ 65%	+ 19%	+ 71%	+ 30% + 21%
IPK	Previsto	1,8452	1,9039	1,7401	1,7477
	Realizado	1,54	1,33	1,38	1,38 1,28
	Diferença	- 16,5%	- 30,1%	- 20,7%	- 21,0% - 19,8%



Tarifas Técnicas: variação km



Tarifas Técnicas: variação passageiro



O que vem sendo feito?

Bloqueio de Validadores	9/6/15
Total de validadores	6.942
Validadores bloqueados	2.347
Validadores ativos	4.595
Total de Chip Sam	6.670
Chip Sam bloqueados	2.372
Chip Sam ativos	4.298
Frota cadastrada no STPC	3.394
Frota não pertencente ao STPC	1.303



O que vem sendo feito?

- Validadores e Chip Sam
 - Projeto 1 x 1 + 5% de reserva.
 - Protocolo de monitoramento e controle dos validadores
- PCD
 - 1.525 cadastros em desconformidade com SEMIDH
 - Apenas **94** retornaram ao Sistema ([número atualizado em 11/8/2015](#))
- Recadastramento do cartão funcional
- Substituição do SBE/SBA
- Recepção e estudo do ITS do BRT-Sul
- Novo Centro de Supervisão Operacional (CSO)
- Consolidação das informações sobre linhas e horários
- Racionalização de Bacias



GOVERNO DE
BRASÍLIA

Racionalização de Bacias

- Objetivos
 - Redução de quilometragem rodada
 - Aumento da quantidade de passageiros
 - Aumento do IPK
- Etapas
 - Etapa 1: racionalização de linhas exclusivas e ampliação do atendimento (áreas desatendidas ou abandonadas)
 - Etapa 2: racionalização de linhas compartilhadas
 - Etapa 3: ampliação da integração e refinamento do modelo
- Metodologia
 - Reuniões entre SeMob, DFTrans e Concessionárias
 - Comitê de Racionalização – aumentar confiança e alinhar entendimentos entre os atores envolvidos



GOVERNO DE
BRASÍLIA

Racionalização de Bacias

Maio e primeira quinzena de junho: reuniões preparatórias

16/6/15: 1ª reunião do Comitê

24/6/15: 2ª reunião do Comitê

1º/7/15: 3ª reunião do Comitê

3/7/15: reunião de Racionalização – Marechal

6/7/15: reunião de Racionalização – Urbi

8/7/15: 4ª reunião do Comitê

10/7/15: reunião de Racionalização – Piracicabana

14/7/15: reunião de Racionalização – Pioneira

14/7/15: alinhamento estratégico SeMob-DFTrans-Operadores

22/7/15: intercâmbio técnico com Metrô (1ª Reunião)

23/7/15: reunião sobre Cooperativas no MPDFT

29/7/15: reunião de Racionalização – São José

30/7/15: intercâmbio técnico com Metrô (2ª Reunião)

31/7/15: Workshop alinhamento estratégico SeMob-DFTrans-Operadores

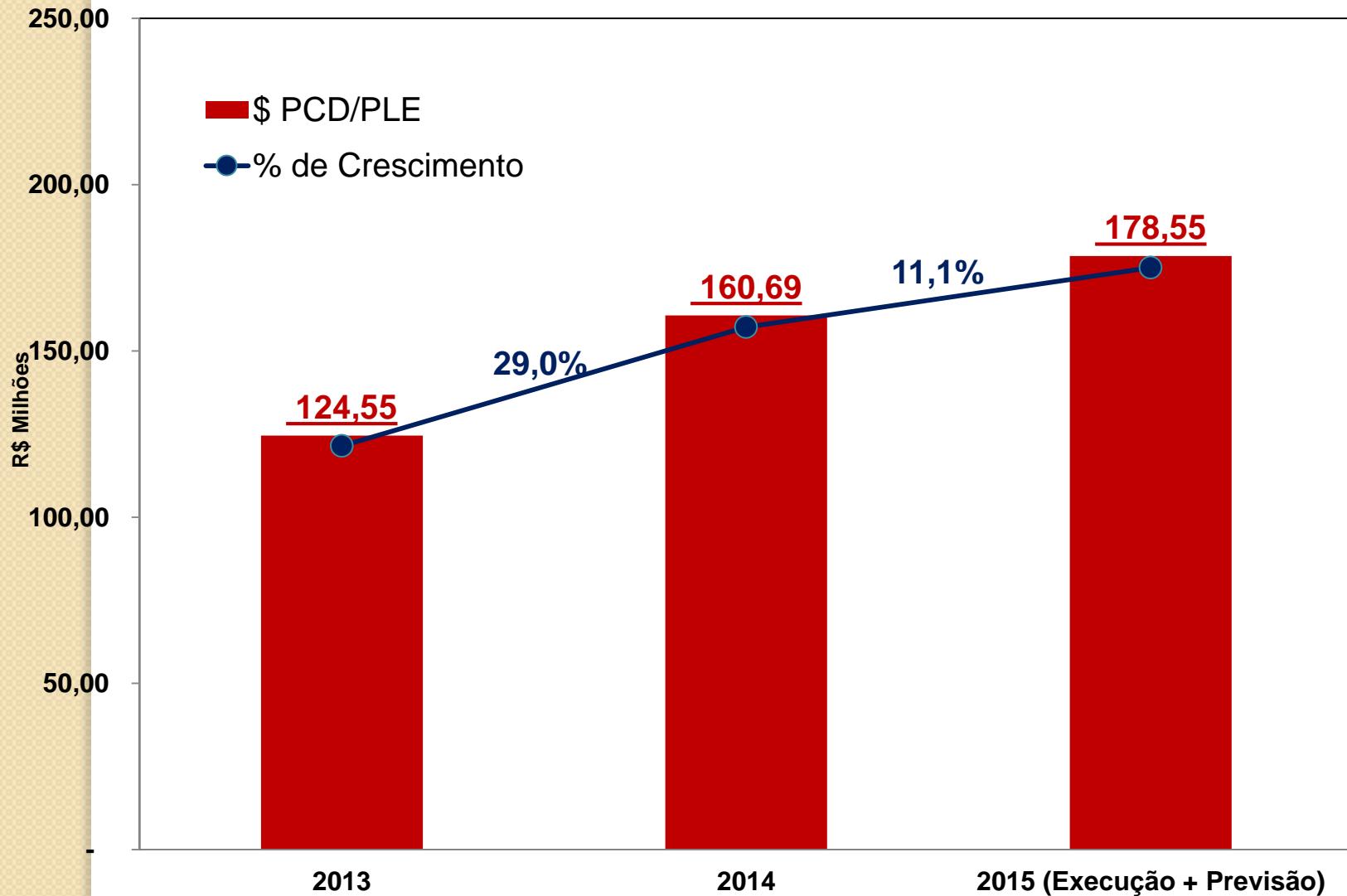


O que está programado?

- Recadastramento PLE
- Verificação independente
- ITS: Intelligent Transport System
- Substituição do Sistema de Informações sobre Transportes – SIT
- Serviços de informação ao usuário
 - Placas nos pontos
 - Aplicativos WEB



Orçamento – Execução PCD/PLE (Regime de competência)



Orçamento – Diário

Programa de Trabalho: 26.453.6216.2458.0001	
Ação: Gestão e Manutenção do Sistema de Transporte Público	R\$ 1,00
2015	
DETALHAMENTO	VALOR
Dotação Inicial	6.000.000,00
Dotação Autorizada	150.000.000,00
Despesa Empenhada (1º Semestre)	149.977.024,95
Despesa Liquidada (1º Semestre)	149.977.024,95
DEA 2014 (AINDA ABERTOS - METRÔ)(*)	7.911.121,68
DEA 2014 (AINDA ABERTOS - BACIAS)(*)	39.114.728,97
DEA 2014 (AINDA ABERTOS - OPERAÇÃO BRANCA)(*)	4.167.736,08
TOTAL DEA ABERTOS	51.193.586,73
NECESSIDADE 2015 (JULHO/AGOSTO)(*)	52.850.534,00
NECESSIDADE 2015 (SET-DEZ)(*)	116.649.466,00
TOTAL NECESSIDADE DE ORÇAMENTO PARA 2015(***)	169.500.000,00
(**) Cenário 1 (Execução + Nec 2015 + DEA abertos)	370.670.611,68
(**) Cenário 2 (Execução + Nec 2015)	319.477.024,95
Posição até: 05/08/2015	
Fonte: SIGGO	
Fonte (*): DFTRANS	
(**) Foram considerados o "Empenhado" como "Execução"	
(***) Exclusivo DEA 2014	

MUITO OBRIGADO!

mobilidade.gab@gmail.com

Secretaria de Estado de Mobilidade do
Distrito Federal



GOVERNO DE
BRASÍLIA